



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Trindade

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 384 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,13%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Trindade, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município Trindade.

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

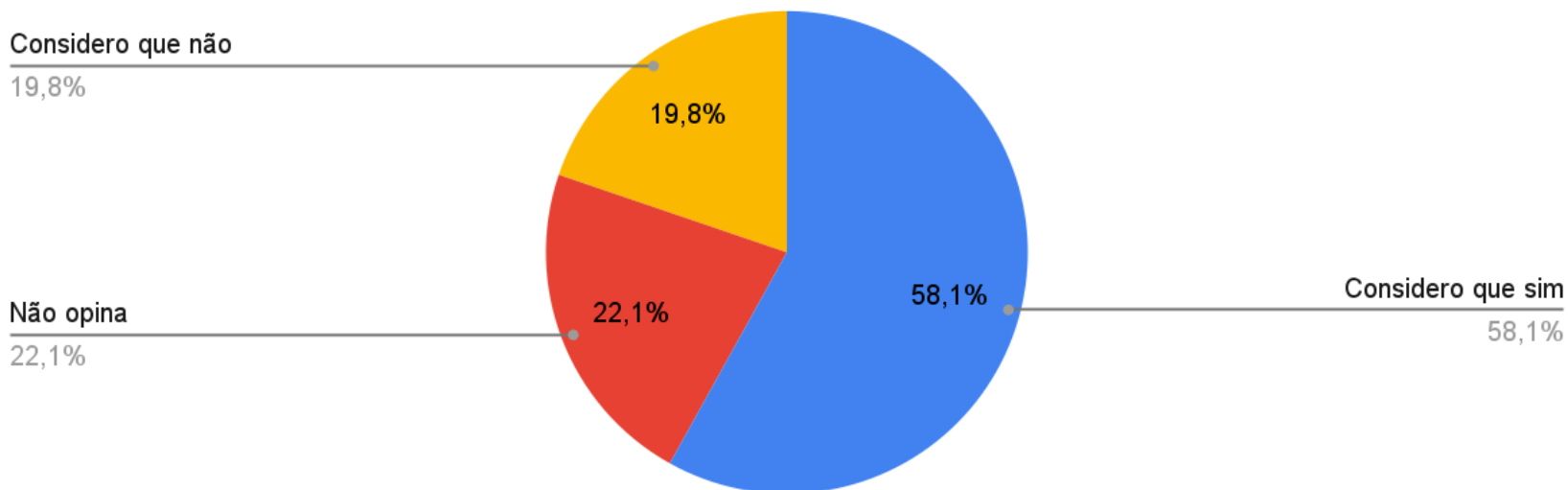
SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	58,07%	32,55%	25,52%	0,00%	20,05%	27,60%	10,42%	15,10%	28,13%	14,84%
Não opina	22,14%	10,16%	11,98%	0,00%	6,77%	9,64%	5,73%	6,77%	9,64%	5,73%
Considero que não	19,79%	12,76%	7,03%	0,00%	6,77%	10,16%	2,86%	5,21%	8,85%	5,73%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?



A percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município evidencia um cenário predominantemente favorável, uma vez que 58,1% dos respondentes afirmam que o acesso é equitativo. Esse resultado sugere que, para a maioria da população, a rede pública de ensino apresenta capacidade adequada de atendimento, com distribuição de vagas, infraestrutura e oferta educacional consideradas suficientes para contemplar diferentes regiões e grupos sociais, reforçando a ideia de universalização do acesso como diretriz das políticas educacionais locais.

Por outro lado, o percentual de 19,8% que considera inexistente a igualdade de acesso revela a presença de desigualdades percebidas que não podem ser negligenciadas. Esse grupo aponta, de forma indireta, possíveis fragilidades estruturais e territoriais, como a concentração de unidades escolares em determinadas áreas, limitações de infraestrutura física e pedagógica, insuficiência de vagas em regiões específicas, além de barreiras socioeconômicas e de mobilidade que dificultam o acesso pleno de parte da população ao sistema educacional. A magnitude desse percentual indica que tais desigualdades, ainda que não predominantes, afetam um contingente significativo de cidadãos e podem comprometer a efetividade do princípio da equidade educacional.

O elevado índice de não opinião, correspondente a 22,1%, também merece análise cuidadosa. Esse dado pode refletir desconhecimento sobre a organização da rede pública de ensino, ausência de vivência direta com o sistema educacional, especialmente entre pessoas sem crianças ou adolescentes em idade escolar, ou ainda falta de informações claras e acessíveis sobre critérios de matrícula, distribuição de vagas e políticas de acesso. Essa parcela indica um distanciamento relevante da população em relação ao tema, o que pode limitar o controle social e a participação cidadã no acompanhamento das políticas educacionais.

De forma integrada, os resultados apontam para um quadro em que a percepção positiva sobre a igualdade de acesso às escolas públicas é majoritária, mas existem desafios importantes relacionados às desigualdades territoriais e socioeconômicas e à necessidade de maior transparência e comunicação. A análise reforça a importância do monitoramento contínuo da rede escolar, do planejamento territorial da oferta educacional e da implementação de políticas públicas que não apenas ampliem vagas, mas garantam condições equitativas de acesso e permanência, assegurando que a percepção positiva se traduza em equidade efetiva para toda a população.

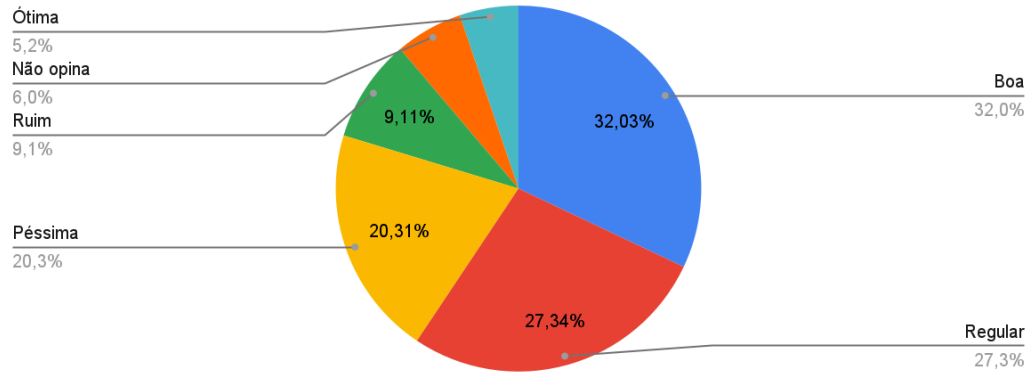
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	32,03%	17,45%	14,58%	0,00%	9,64%	16,93%	5,47%	9,38%	15,36%	7,29%
Regular	27,34%	14,84%	12,50%	0,00%	11,46%	9,90%	5,99%	6,51%	13,28%	7,55%
Péssima	20,31%	12,50%	7,81%	0,00%	5,99%	10,68%	3,65%	5,99%	9,11%	5,21%
Ruim	9,11%	4,17%	4,95%	0,00%	3,13%	4,95%	1,04%	1,30%	4,69%	3,13%
Não opina	5,99%	3,13%	2,86%	0,00%	1,30%	3,13%	1,56%	1,82%	1,56%	2,60%
Ótima	5,21%	3,39%	1,82%	0,00%	2,08%	1,82%	1,30%	2,08%	2,60%	0,52%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

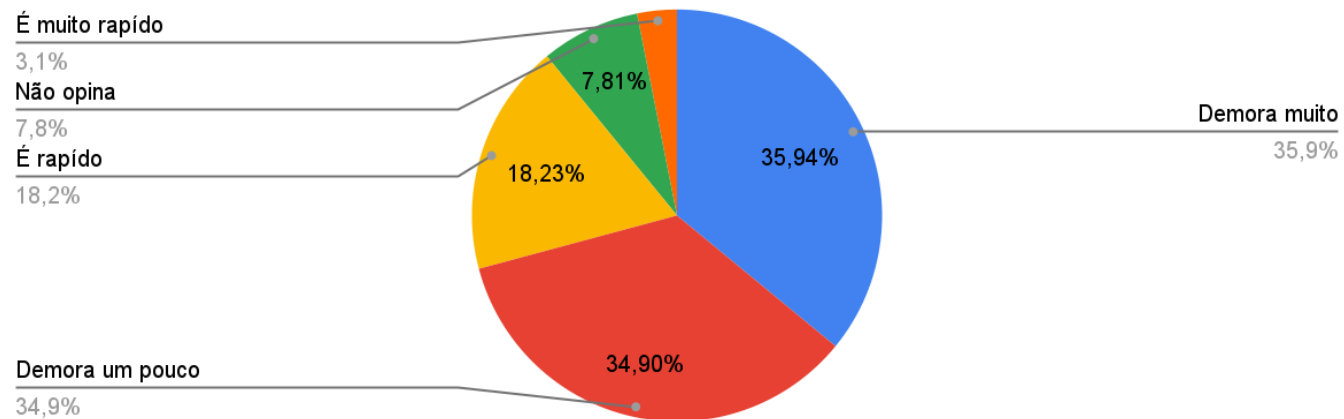
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora muito	35,94%	19,53%	16,41%	0,00%	11,98%	17,19%	6,77%	8,85%	16,93%	10,16%
Demora um pouco	34,90%	19,53%	15,36%	0,00%	11,98%	16,93%	5,99%	10,16%	16,15%	8,59%
É rápido	18,23%	10,94%	7,29%	0,00%	6,51%	7,55%	4,17%	5,21%	9,38%	3,65%
Não opina	7,81%	3,91%	3,91%	0,00%	2,34%	3,65%	1,82%	2,08%	2,08%	3,65%
É muito rápido	3,13%	1,56%	1,56%	0,00%	0,78%	2,08%	0,26%	0,78%	2,08%	0,26%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A avaliação da qualidade do atendimento nos postos de saúde evidencia um cenário complexo, marcado por percepções heterogêneas e pela coexistência de níveis distintos de satisfação. As avaliações positivas, formadas por 32% que classificam o serviço como bom e 5,2% como ótimo, totalizam 37,2%, indicando que pouco mais de um terço da população reconhece aspectos favoráveis no atendimento, como acolhimento adequado, resolutividade clínica e desempenho satisfatório de parte das equipes. Esse resultado sugere que existem unidades ou situações específicas em que o serviço consegue atender às expectativas dos usuários, refletindo boas práticas pontuais na gestão e na assistência.

Entretanto, o percentual expressivo de avaliações regulares, correspondente a 27,3%, revela que uma parcela significativa da população percebe o atendimento como apenas aceitável, porém aquém do ideal. Essa classificação intermediária indica limitações recorrentes, possivelmente associadas à infraestrutura física das unidades, à organização dos processos de atendimento, ao tempo de espera para consultas e procedimentos, bem como à disponibilidade e à rotatividade de profissionais de saúde. Esse grupo representa um contingente sensível, que pode migrar para avaliações positivas ou negativas a depender da evolução das condições do serviço.

As avaliações negativas são particularmente relevantes e totalizam 29,4%, sendo 20,3% classificando o atendimento como péssimo e 9,1% como ruim. Esse dado evidencia um nível elevado de insatisfação e aponta para problemas estruturais mais graves, que impactam diretamente a experiência do usuário e a efetividade do cuidado em saúde. Entre os fatores que podem explicar esse resultado estão a insuficiência de profissionais frente à demanda, falhas na organização dos fluxos de atendimento, precariedade de insumos, dificuldades no acesso a consultas especializadas e sensação de descontinuidade ou baixa resolutividade do serviço. O percentual de 6% que não opinou pode estar associado à ausência de utilização recente dos serviços ou à falta de informações suficientes para uma avaliação consistente.

A análise do tempo de espera reforça e complementa esse diagnóstico. A percepção de lentidão é predominante, uma vez que 35,9% afirmam que o atendimento demora muito e 34,9% que demora um pouco, totalizando 70,8% de usuários que identificam morosidade no serviço. Esse dado indica a existência de gargalos operacionais significativos, relacionados à alta demanda, à capacidade limitada de atendimento, à distribuição inadequada de profissionais ao longo dos turnos ou à ineficiência na gestão de agendas e fluxos internos. A demora no atendimento tende a impactar negativamente a satisfação geral e a percepção de qualidade, mesmo quando outros aspectos do serviço são considerados adequados.

Em contrapartida, apenas 21,3% relatam experiências positivas em relação ao tempo de espera, sendo 18,2% que consideram o atendimento rápido e 3,1% muito rápido. Esse resultado sugere que a eficiência no tempo de atendimento está restrita a uma parcela reduzida da população, possivelmente

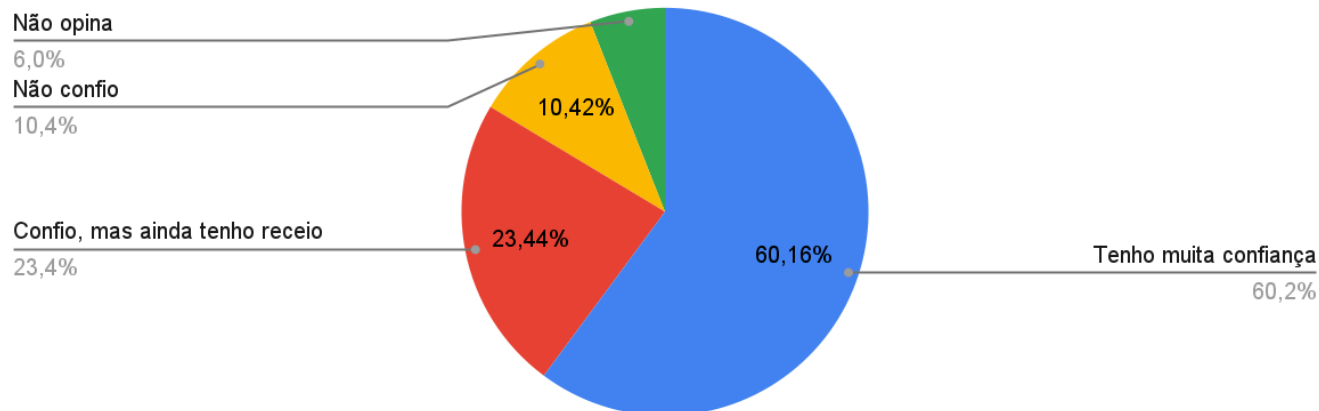
concentrada em unidades mais estruturadas, horários de menor demanda ou contextos específicos de atendimento. O percentual de 7,8% que não opinou pode refletir ausência de uso recente ou dificuldade em avaliar esse aspecto específico do serviço.

De forma integrada, os dados indicam que o atendimento nos postos de saúde atende parcialmente às expectativas da população, mas enfrenta desafios críticos relacionados à qualidade percebida e, sobretudo, ao tempo de espera. O cenário aponta para a necessidade de intervenções estruturais e gerenciais, como fortalecimento das equipes, redistribuição e ampliação da força de trabalho, melhoria da infraestrutura, revisão dos fluxos de atendimento e adoção de estratégias de gestão que aumentem a eficiência operacional. Essas medidas são fundamentais para reduzir a insatisfação, minimizar desigualdades na experiência dos usuários e elevar de forma consistente a qualidade dos serviços de atenção básica no município.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	60,16%	31,77%	28,39%	0,00%	21,61%	27,86%	10,68%	15,63%	30,99%	13,54%
Confio, mas ainda tenho receio	23,44%	14,06%	9,38%	0,00%	7,81%	10,94%	4,69%	7,29%	8,07%	8,07%
Não confio	10,42%	5,99%	4,43%	0,00%	2,08%	6,25%	2,08%	2,60%	5,47%	2,34%
Não opina	5,99%	3,65%	2,34%	0,00%	2,08%	2,34%	1,56%	1,56%	2,08%	2,34%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A percepção da população sobre as forças policiais do município revela um cenário amplamente favorável, marcado por elevados níveis de confiança institucional. O percentual de 60,2% dos respondentes que declaram ter muita confiança indica que a maioria reconhece a polícia como uma instituição legítima, eficiente e com atuação relevante na garantia da ordem pública e da segurança cotidiana. Esse resultado sugere presença territorial percebida, capacidade de resposta satisfatória e alinhamento entre a atuação policial e as expectativas de grande parte da população.

Adicionalmente, 23,4% afirmam confiar nas forças policiais, embora ainda com receio, o que eleva para 83,6% o total de respondentes com algum grau de confiança. Esse grupo intermediário demonstra uma percepção positiva, porém cautelosa, possivelmente influenciada por experiências pontuais negativas, sensação de insegurança em determinadas regiões ou horários, exposição a episódios isolados de criminalidade ou ainda por uma avaliação crítica da consistência das ações policiais. A existência desse contingente indica que, apesar da confiança predominante, a sensação de segurança plena ainda não é homogênea em todo o território municipal.

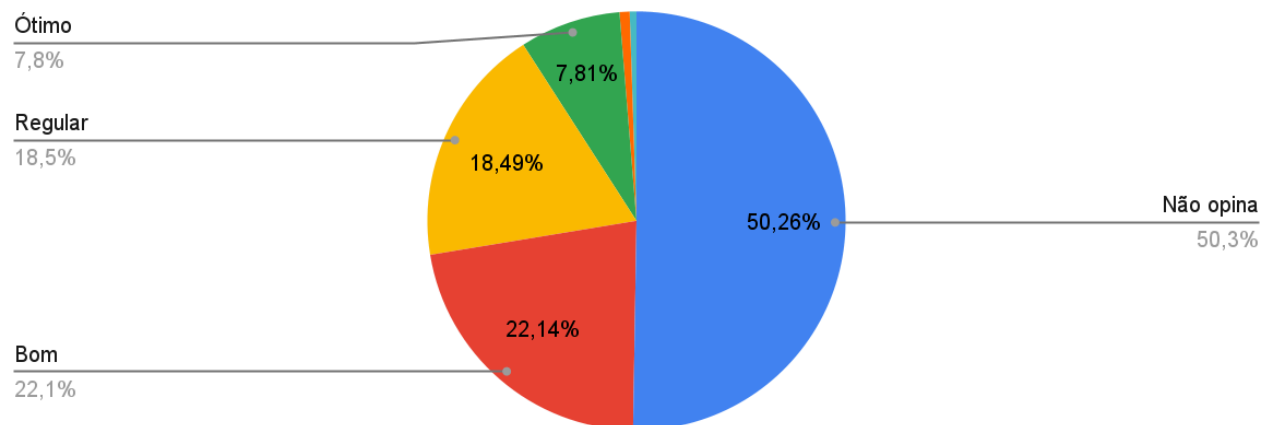
Por outro lado, 10,4% dos respondentes afirmam não confiar nas forças policiais, representando um segmento relevante que percebe falhas na atuação, insuficiência de presença ostensiva, demora no atendimento de ocorrências ou fragilidades na prevenção e repressão ao crime. Esse grupo sinaliza a existência de desafios estruturais e operacionais que impactam diretamente a credibilidade da instituição junto a parte da população, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social ou criminalidade localizada. O percentual de 6% que não opinou pode refletir distanciamento do tema, baixo contato direto com os serviços policiais ou dificuldade em avaliar a atuação da corporação de forma concreta.

De maneira integrada, os dados evidenciam que as forças policiais do município desfrutam de um elevado patamar de confiança social, o que constitui um ativo institucional importante para a efetividade das políticas de segurança pública. No entanto, a presença de parcelas significativas com receio ou desconfiança aponta para a necessidade de estratégias contínuas de fortalecimento da atuação policial, com foco na ampliação e regularidade da presença territorial, melhoria da comunicação institucional, transparência nas ações e intensificação de práticas de policiamento comunitário. Essas medidas tendem a reduzir percepções negativas, aumentar a sensação de segurança e consolidar uma confiança mais homogênea e sustentável entre todos os segmentos da população.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	50,26%	23,70%	26,56%	0,00%	16,67%	21,88%	11,72%	14,58%	21,88%	13,80%
Bom	22,14%	13,28%	8,85%	0,00%	6,51%	12,50%	3,13%	5,47%	10,94%	5,73%
Regular	18,49%	12,50%	5,99%	0,00%	7,81%	7,55%	3,13%	5,21%	8,59%	4,69%
Ótimo	7,81%	5,21%	2,60%	0,00%	2,34%	4,43%	1,04%	1,82%	4,17%	1,82%
Péssimo	0,78%	0,78%	0,00%	0,00%	0,26%	0,52%	0,00%	0,00%	0,52%	0,26%
Ruim	0,52%	0,00%	0,52%	0,00%	0,00%	0,52%	0,00%	0,00%	0,52%	0,00%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A avaliação dos serviços do CRAS e CREAS revela um cenário marcado, sobretudo, por elevado grau de desconhecimento ou distanciamento da população em relação a esses equipamentos da política de assistência social. O percentual de 50,3% de respondentes que não opinaram é expressivo e indica baixa visibilidade institucional, possível dificuldade de acesso ou ausência de informação clara sobre as atribuições, serviços ofertados e público atendido pelo CRAS e CREAS. Esse dado sugere que uma parcela significativa da população não reconhece esses serviços como referência ou não estabelece contato direto com suas ações, o que limita o alcance e a efetividade da política socioassistencial no território.

Entre os respondentes que avaliaram os serviços, 22,1% classificaram o atendimento como bom e 7,8% como ótimo, totalizando 29,9% de percepções positivas. Esse resultado demonstra que, para aqueles que efetivamente utilizam ou conhecem o funcionamento do CRAS e CREAS, há reconhecimento de aspectos fundamentais como acolhimento, orientação adequada, escuta qualificada e capacidade de resposta às demandas sociais. Esse grupo evidencia que os serviços apresentam potencial técnico e institucional, cumprindo seu papel de proteção social básica e especial em situações específicas.

As avaliações regulares, correspondentes a 18,5%, indicam uma percepção intermediária, na qual os serviços são considerados funcionais, porém com limitações. Essas restrições podem estar associadas à sobrecarga de demanda, à insuficiência de recursos humanos e materiais, à dificuldade de acompanhamento continuado dos casos ou à heterogeneidade na qualidade do atendimento entre diferentes unidades. Esse segmento sinaliza a necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho e de fortalecimento da capacidade operacional dos serviços.

O índice de avaliação negativa é residual, com apenas 0,7% classificando os serviços como péssimos, o que sugere que situações de extrema insatisfação são pouco frequentes e pontuais. Ainda assim, esse dado indica a existência de experiências negativas isoladas que merecem atenção, sobretudo para evitar a reprodução de falhas e fortalecer a confiança dos usuários.

De forma integrada, os dados apontam que a principal fragilidade dos serviços do CRAS e CREAS não está, prioritariamente, na qualidade percebida por quem os utiliza, mas sim na baixa visibilidade e no limitado conhecimento da população sobre sua atuação. Nesse sentido, torna-se fundamental investir em estratégias de divulgação, comunicação institucional e articulação com outras políticas públicas, além de ampliar o acesso e a presença territorial dos serviços. Essas ações são essenciais para aumentar o reconhecimento social, a utilização adequada e a valorização do CRAS e CREAS como instrumentos centrais de garantia de direitos e proteção social no município.

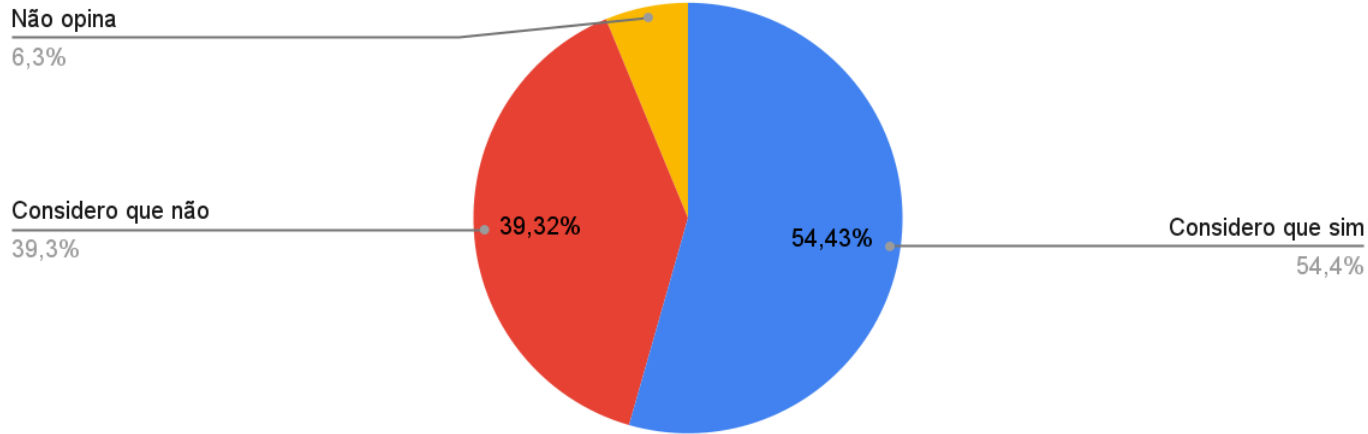
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Q6 - (Oportunidades de trabalho) Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?										
Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	54,43%	28,39%	26,04%	0,00%	18,49%	26,30%	9,64%	14,58%	25,78%	14,06%
Considero que não	39,32%	23,44%	15,89%	0,00%	13,28%	19,01%	7,03%	9,90%	17,97%	11,46%
Não opina	6,25%	3,65%	2,60%	0,00%	1,82%	2,08%	2,34%	2,60%	2,86%	0,78%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

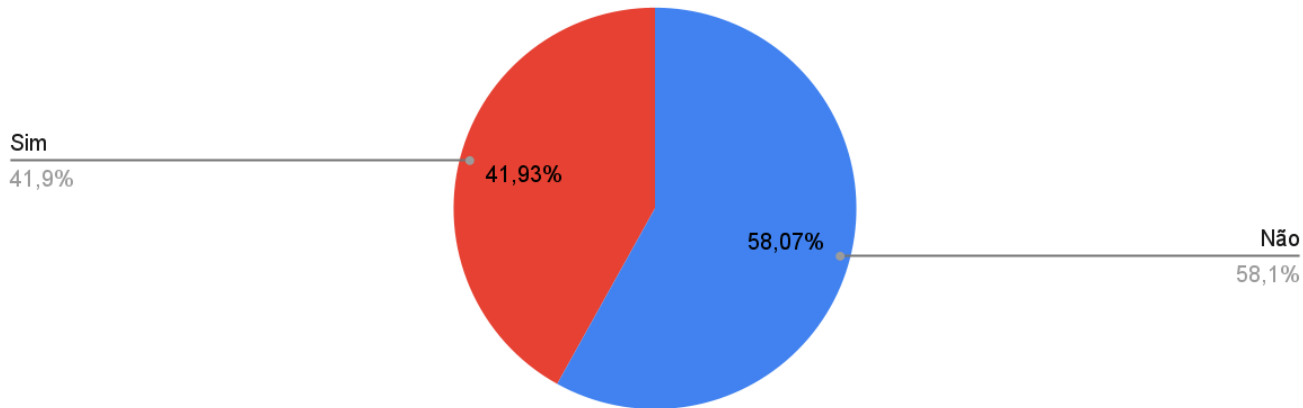
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	58,07%	30,21%	27,86%	0,00%	18,49%	24,48%	15,10%	18,49%	26,82%	12,76%
Sim	41,93%	25,26%	16,67%	0,00%	15,10%	22,92%	3,91%	8,59%	19,79%	13,54%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A percepção sobre a oferta de oportunidades de trabalho no município evidencia um cenário heterogêneo, no qual, apesar da predominância de avaliações positivas, persistem tensões estruturais relevantes. O percentual de 54,4% dos respondentes que consideram existir vagas suficientes indica que mais da metade da população identifica um mercado de trabalho relativamente ativo, com oportunidades percebidas como compatíveis com determinados perfis profissionais, setores econômicos ou níveis de qualificação. Esse resultado sugere a presença de dinamismo econômico local e a capacidade de absorção de mão de obra em segmentos específicos, contribuindo para uma percepção geral moderadamente favorável.

Por outro lado, a proporção expressiva de 39,3% que avalia negativamente a oferta de oportunidades revela que uma parcela significativa da população enfrenta dificuldades de inserção ou recolocação no mercado de trabalho. Essa percepção pode estar associada à escassez de vagas formais, à concentração das oportunidades em poucos setores, à exigência de qualificações específicas não amplamente disponíveis ou à exclusão de grupos mais vulneráveis, como jovens, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadores mais velhos ou mulheres. Esse contingente evidencia que o crescimento ou a disponibilidade de empregos não ocorre de forma homogênea, resultando em desigualdades no acesso ao trabalho.

O percentual de 6,3% que não opina sugere a existência de indivíduos temporariamente afastados do mercado de trabalho, em situação de inatividade, ou com informações insuficientes para avaliar a dinâmica de emprego no município. Embora minoritário, esse grupo reforça a necessidade de políticas que considerem diferentes perfis e trajetórias ocupacionais.

No que se refere aos programas de capacitação profissional ofertados pelo município, os dados revelam uma fragilidade relevante na dimensão informacional. O fato de 58,1% da população declarar desconhecimento dessas iniciativas aponta para limitações na divulgação, na comunicação institucional e na capilaridade das ações, reduzindo significativamente o alcance e a efetividade dessas políticas públicas. Programas de qualificação, quando pouco conhecidos, tendem a beneficiar apenas grupos já integrados às redes de informação, comprometendo seu papel estratégico na redução do desemprego e das desigualdades.

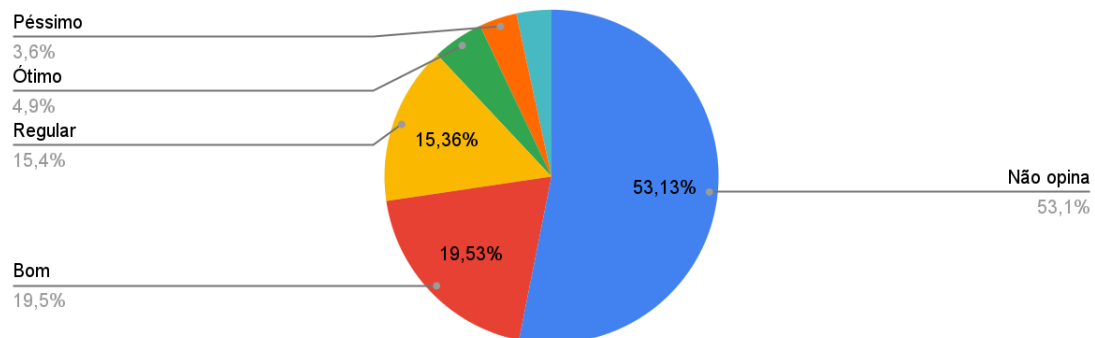
Em contrapartida, os 41,9% que afirmam conhecer os programas de capacitação indicam que existe uma base social que acessa essas oportunidades, possivelmente vinculada a territórios específicos, instituições parceiras ou canais de comunicação mais consolidados. A diferença entre os dois grupos evidencia uma assimetria de acesso à informação que limita o impacto das políticas de qualificação profissional e sua capacidade de atender de forma equitativa às demandas do mercado de trabalho.

De forma integrada, os resultados apontam que, embora o município apresente percepção majoritariamente positiva quanto à oferta de empregos, persistem desafios estruturais relacionados à diversidade e à distribuição das oportunidades, bem como à articulação entre mercado de trabalho e políticas de capacitação. Torna-se fundamental fortalecer estratégias de comunicação, ampliar a presença territorial dos programas, alinhar a oferta de qualificação às demandas produtivas locais e desenvolver ações específicas voltadas à inclusão de grupos com maior dificuldade de inserção, promovendo maior equidade e sustentabilidade no acesso ao emprego.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	53,13%	30,47%	22,66%	0,00%	12,50%	29,17%	11,46%	14,58%	22,14%	16,41%
Bom	19,53%	8,85%	10,68%	0,00%	8,59%	7,55%	3,39%	5,73%	9,64%	4,17%
Regular	15,36%	8,85%	6,51%	0,00%	6,77%	5,73%	2,86%	3,91%	8,59%	2,86%
Ótimo	4,95%	3,13%	1,82%	0,00%	2,60%	2,08%	0,26%	1,82%	2,08%	1,04%
Péssimo	3,65%	2,60%	1,04%	0,00%	1,82%	1,82%	0,00%	0,26%	3,13%	0,26%
Ruim	3,39%	1,56%	1,82%	0,00%	1,30%	1,04%	1,04%	0,78%	1,04%	1,56%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A avaliação do acesso ao transporte público no município revela um cenário marcado por forte heterogeneidade na experiência dos usuários e por expressivo distanciamento de parcela significativa da população em relação ao serviço. O elevado percentual de 53,1% de respondentes que não opinaram indica baixo engajamento ou limitada vivência direta com o transporte coletivo, o que pode estar associado tanto à baixa cobertura em determinadas regiões quanto ao uso predominante de meios alternativos de deslocamento ou à insuficiência de informações claras sobre a rede disponível. Esse dado, por si só, sinaliza fragilidades na visibilidade, no alcance territorial e na integração do transporte público ao cotidiano urbano.

Entre os respondentes que avaliaram o serviço, apenas 24,4% manifestaram percepções positivas, sendo 19,5% classificando o acesso como bom e 4,9% como ótimo. Esse contingente sugere que, em áreas específicas ou para determinados perfis de usuários, o sistema apresenta níveis aceitáveis de cobertura, frequência e condições operacionais, atendendo de forma satisfatória às demandas de deslocamento. No entanto, o fato de essa avaliação positiva restringir-se a uma minoria evidencia que tais condições não são uniformemente distribuídas no território municipal.

As avaliações regulares, que somam 15,4%, reforçam a existência de limitações estruturais e operacionais percebidas pelos usuários, como inadequação de horários à rotina de trabalho e estudo, falhas na regularidade das linhas, dificuldades de integração entre rotas ou insuficiência de atendimento em bairros mais afastados. Esse grupo indica que, embora o serviço esteja disponível, sua qualidade e funcionalidade ainda não atendem plenamente às expectativas ou necessidades da população.

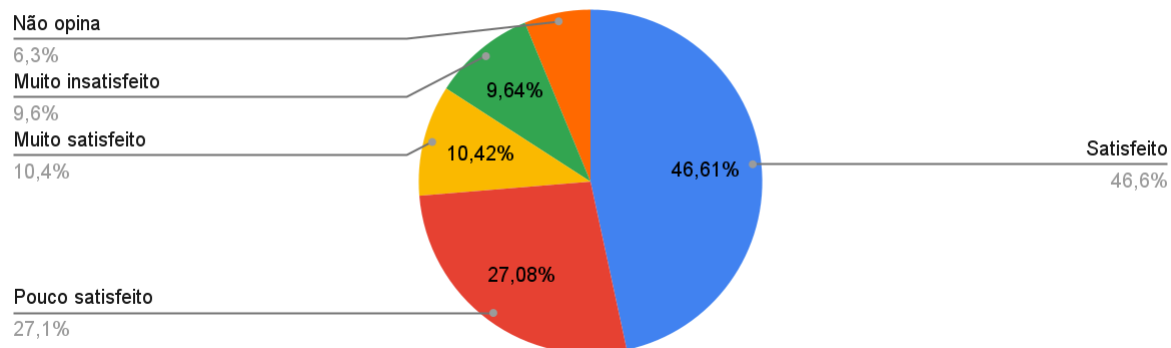
As percepções negativas, totalizando 7% entre avaliações ruins e péssimas, evidenciam problemas mais críticos que impactam diretamente a mobilidade de determinados segmentos da população. Essas avaliações podem refletir situações de baixa frequência, longos tempos de espera, condições precárias dos veículos ou ausência quase total do serviço em regiões periféricas, reforçando desigualdades territoriais no acesso ao transporte público.

De forma integrada, os dados apontam para um sistema de transporte público caracterizado por baixa visibilidade social, acesso desigual e desempenho heterogêneo. Esse contexto evidencia a necessidade de intervenções estruturais voltadas à ampliação da cobertura territorial, ao aprimoramento da qualidade operacional e à adequação dos horários e rotas às dinâmicas urbanas. Além disso, torna-se fundamental fortalecer estratégias de comunicação institucional e transparência das informações, de modo a ampliar o conhecimento, o uso e a percepção do transporte público como um serviço essencial, inclusivo e equitativo para toda a população.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	46,61%	25,00%	21,61%	0,00%	17,19%	20,57%	8,85%	11,46%	25,00%	10,16%
Pouco satisfeito	27,08%	15,10%	11,98%	0,00%	8,85%	12,76%	5,47%	5,21%	11,20%	10,68%
Muito satisfeito	10,42%	6,25%	4,17%	0,00%	3,13%	5,99%	1,30%	2,34%	6,25%	1,82%
Muito insatisfeito	9,64%	5,21%	4,43%	0,00%	2,86%	4,95%	1,82%	5,21%	2,08%	2,34%
Não opina	6,25%	3,91%	2,34%	0,00%	1,56%	3,13%	1,56%	2,86%	2,08%	1,30%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A percepção sobre as áreas verdes do município evidencia um quadro predominantemente favorável, porém marcado por desigualdades qualitativas e territoriais que merecem atenção. O percentual combinado de 57% de avaliações positivas, sendo 46,6% de respondentes satisfeitos e 10,4% muito satisfeitos, indica que mais da metade da população reconhece a importância e a contribuição desses espaços para o lazer, o convívio social, a saúde e a melhoria da qualidade de vida urbana. Esses resultados sugerem que, em determinadas áreas, as políticas de preservação, manutenção e oferta de espaços verdes conseguem atender de forma adequada às expectativas dos usuários.

Entretanto, a presença de 27,1% de respondentes pouco satisfeitos revela um contingente expressivo que, embora reconheça a existência das áreas verdes, percebe limitações relevantes em sua funcionalidade e qualidade. Essas percepções podem estar associadas a deficiências na infraestrutura disponível, como mobiliário urbano inadequado, ausência de equipamentos de lazer e esporte, manutenção irregular, problemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou sensação de insegurança, fatores que reduzem o potencial de uso e apropriação desses espaços pela comunidade.

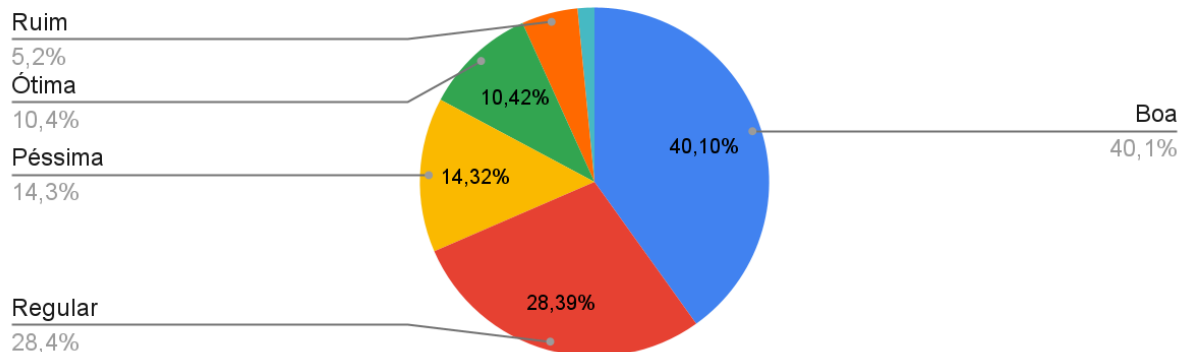
As avaliações negativas mais intensas, representadas por 9,6% de muito insatisfeitos, sinalizam problemas estruturais mais críticos, possivelmente concentrados em regiões com menor oferta de áreas verdes, baixa diversidade de espaços ou manutenção insuficiente. Esse grupo evidencia a existência de desigualdades territoriais no acesso a ambientes verdes de qualidade, o que pode impactar diretamente o bem-estar e a qualidade de vida de populações mais vulneráveis.

O percentual de 6,3% de não respondentes sugere distanciamento ou baixo uso das áreas verdes, podendo refletir desconhecimento sobre a localização e disponibilidade desses espaços ou ausência de estímulos que incentivem sua utilização no cotidiano urbano. De forma integrada, os dados indicam que, embora haja uma percepção majoritariamente positiva, persistem desafios relacionados à ampliação, qualificação e distribuição equitativa das áreas verdes. Assim, reforça-se a necessidade de políticas públicas voltadas à manutenção contínua, à diversificação de usos, ao fortalecimento da segurança e à expansão desses espaços de forma equilibrada no território, garantindo que seus benefícios alcancem de maneira consistente toda a população.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	40,10%	21,09%	19,01%	0,00%	15,36%	17,71%	7,03%	11,98%	19,01%	9,11%
Regular	28,39%	15,36%	13,02%	0,00%	9,38%	14,32%	4,69%	6,25%	13,54%	8,59%
Péssima	14,32%	7,29%	7,03%	0,00%	4,17%	7,03%	3,13%	3,39%	5,47%	5,47%
Ótima	10,42%	7,03%	3,39%	0,00%	3,39%	4,69%	2,34%	3,65%	4,69%	2,08%
Ruim	5,21%	4,17%	1,04%	0,00%	0,78%	2,86%	1,56%	1,30%	3,39%	0,52%
Não opina	1,56%	0,52%	1,04%	0,00%	0,52%	0,78%	0,26%	0,52%	0,52%	0,52%
Total geral	100,00%	55,47%	44,53%	0,00%	33,59%	47,40%	19,01%	27,08%	46,61%	26,30%
Bases (entrevistados)	384	213	171	0	129	182	73	104	179	101

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A avaliação da coleta de lixo domiciliar no município revela um desempenho globalmente favorável, porém marcado por fragilidades operacionais que comprometem a percepção de qualidade de parte expressiva da população. O percentual combinado de 50,5% de avaliações positivas, sendo 40,1% de respostas boas e 10,4% ótimas, indica que metade dos respondentes reconhece a regularidade, a eficiência operacional e a confiabilidade do serviço, sugerindo que, em diversas áreas, a coleta atende de forma adequada às demandas cotidianas e contribui para a limpeza urbana e a salubridade ambiental.

Por outro lado, a presença de 28,4% de avaliações classificadas como regulares aponta para um nível intermediário de satisfação, no qual os usuários percebem o serviço como funcional, porém com limitações recorrentes. Essas percepções podem estar associadas a atrasos eventuais, variações na frequência da coleta, falhas na cobertura territorial ou problemas pontuais na execução do serviço, fatores que, embora não inviabilizem a coleta, reduzem a previsibilidade e a confiança plena na sua operação.

As avaliações negativas, que somam 19,5%, sendo 14,3% consideradas péssimas e 5,2% ruins, evidenciam a existência de problemas mais críticos e persistentes em determinadas localidades. Esse contingente sugere falhas estruturais ou operacionais relevantes, possivelmente concentradas em regiões periféricas, áreas de difícil acesso ou locais com crescimento urbano desordenado, onde a coleta pode ser irregular, insuficiente ou inadequada às necessidades da população, impactando diretamente a qualidade de vida e as condições ambientais.

O baixo percentual de não respondentes, 1,5%, indica que a maioria da população possui contato frequente com o serviço e elementos suficientes para avaliá-lo, reforçando a relevância dos resultados obtidos. De forma integrada, os dados demonstram que, embora a coleta de lixo domiciliar apresente um nível majoritário de aprovação, persistem desafios significativos relacionados à padronização da qualidade, à ampliação e regularização da cobertura e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e controle operacional, de modo a reduzir desigualdades territoriais e elevar o nível de satisfação geral da população.

9. Conclusão

A análise integrada de todas as dimensões do relatório evidencia um panorama misto, com predominância de percepções positivas em vários setores, mas também com desafios estruturais, desigualdades territoriais e lacunas de informação que impactam a experiência da população. Na educação, 58,1% dos respondentes percebem igualdade de acesso às escolas públicas, indicando que a oferta educacional atende a diferentes segmentos, enquanto 19,8% identificam desigualdades relacionadas à distribuição de unidades, infraestrutura, capacidade de atendimento ou barreiras socioeconômicas e territoriais. O percentual de 22,1% de não respostas sugere desconhecimento, pouca vivência direta ou falta de informação sobre a política educacional, evidenciando a necessidade de monitoramento contínuo, maior transparência e estratégias de participação social que fortaleçam a equidade no sistema.

Em relação à saúde, a avaliação da qualidade do atendimento nos postos indica predominância de percepções intermediárias, com 27,3% considerando o serviço regular e 37,2% positivo, enquanto as avaliações negativas somam 29,4%, revelando insatisfação significativa. O tempo de espera é um ponto crítico, com 70,8% percebendo lentidão, evidenciando gargalos estruturais e operacionais, como alta demanda, insuficiência de profissionais e limitações na gestão de fluxos assistenciais. Apenas 21,3% consideram o atendimento rápido ou muito rápido, sugerindo que eficiência temporal é vivenciada por uma minoria. Esses dados apontam para a necessidade de otimização de processos, ampliação de recursos humanos e melhoria da capacidade operacional para reduzir tempos de espera e aumentar a satisfação.

Na segurança pública, 60,2% dos entrevistados declararam ter muita confiança na polícia, enquanto 23,4% confiam com receio, totalizando 83,6% com algum nível de credibilidade, evidenciando percepção de legitimidade e eficiência. No entanto, 10,4% não confiam e 6% não opinaram, indicando que há segmentos da população que percebem deficiência na atuação policial ou distanciamento do tema. Os dados reforçam a importância de estratégias de aproximação comunitária, presença territorial consistente e comunicação institucional eficaz para consolidar a confiança plena.

A avaliação dos serviços do CRAS e CREAS revela elevado desconhecimento, com 50,3% de não respostas, enquanto 29,9% avaliam positivamente e 18,5% consideram o serviço regular. O índice de respostas negativas é baixo, 0,7%, mas evidencia problemas pontuais em determinadas unidades. A análise indica necessidade de ampliar divulgação, melhorar o acesso e fortalecer comunicação institucional para tornar os serviços mais visíveis, utilizados e valorizados pela população.

No mercado de trabalho, 54,4% percebem oportunidades suficientes, enquanto 39,3% identificam insuficiência de vagas, revelando desafios em diversidade de oportunidades, adequação entre qualificação e demanda e inclusão de grupos vulneráveis. O desconhecimento sobre programas de capacitação profissional atinge 58,1% da população, evidenciando lacuna na divulgação e alcance, o que limita a eficácia dessas iniciativas na promoção de qualificação e inserção no mercado. Apenas 41,9% conhecem os programas, indicando assimetria informacional que reduz a adesão e abrangência.

O transporte público apresenta alta assimetria de percepção e baixo engajamento, com 53,1% de não respostas. Entre os que avaliaram, 24,4% consideram o serviço bom ou ótimo, 15,4% regular e 7% negativo, indicando cobertura limitada, inconsistências operacionais e desigualdade territorial no acesso. Os dados reforçam a necessidade de ampliação da cobertura, melhoria da qualidade operacional e estratégias de comunicação para tornar o serviço mais acessível e conhecido.

As áreas verdes apresentam avaliação majoritariamente positiva, com 57% satisfeitos ou muito satisfeitos, mas 27,1% pouco satisfeitos e 9,6% muito insatisfeitos, indicando lacunas em infraestrutura, diversidade de equipamentos, segurança ou acessibilidade em determinadas regiões. O percentual de 6,3% de não respostas sugere distanciamento ou desconhecimento. Esses dados reforçam a necessidade de manutenção, ampliação e equidade territorial das áreas verdes para assegurar benefícios consistentes à população.

A coleta de lixo domiciliar apresenta 50,5% de avaliações positivas, 28,4% regulares e 19,5% negativas, evidenciando que, embora a maior parte perceba eficiência e confiabilidade, há limitações estruturais, atrasos e inconsistências operacionais em determinadas áreas, principalmente periféricas. O índice de 1,5% de não respostas indica baixo distanciamento, mas ainda assim requer monitoramento contínuo.

De forma integrada, os dados revelam que o município apresenta desempenhos satisfatórios em educação, saúde, segurança, assistência social, mercado de trabalho, transporte, áreas verdes e coleta de lixo, mas ainda enfrenta desafios estruturais, desigualdades territoriais, variações na qualidade do serviço e lacunas de informação que afetam a experiência dos usuários. Os resultados reforçam a necessidade de planejamento estratégico, monitoramento contínuo, investimentos direcionados, padronização de processos, ampliação de recursos humanos e estratégias de comunicação que promovam equidade, eficiência e acesso uniforme aos serviços, garantindo benefícios consistentes e sustentáveis para todos os segmentos da população.